



Imagem gerada por IA (*Midjourney*) a partir dos termos: Collage art, faceless, difference, schizofrenia, freedom, bright colors

A EQUAÇÃO “TEMPO = DINHEIRO” COMO CAMPO TRANSCENDENTAL CAPITALISTA: SUBJETIVAÇÃO DE CLASSE TEMPORAL-MONETÁRIA DIFERENCIAL

Émerson dos Santos Pirola  [0000-0002-9178-7325](https://orcid.org/0000-0002-9178-7325)

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS,
Brasil

Resumo

O artigo propõe, através da filosofia deleuzeana e da pesquisa em teoria monetária social de base simmeliana, um estudo transcendental sobre a natureza do dinheiro, que o afirma como campo de individuação múltipla, procurando uma resposta ao problema do dinheiro que vá além do nível empírico. Através de intuições marxistas e marxianas (principalmente com Postone), o artigo propõe um modo de entender como se deu e se dá a identificação entre tempo e dinheiro sob a máquina social capitalista, através da emergência do tempo abstrato e descodificado. Assim, o tempo-dinheiro acaba por constituir o campo transcendental em que se subjetivam os sujeitos capitalistas, bem como o campo de individuação que define o que será ou não produzido e consumido, quando, como e por quem. Analisamos então como a subjetivação se dá de modo desigual e diferencial entre ricos e pobres, capitalistas e proletários, visto que a uns o tempo, em suas três dimensões (passado, presente e futuro), lhes pertence, e a outros lhes escapa, lhes é capturado. Por fim, discutimos o papel da economia de dívida nessa subjetivação e ligamos o fenômeno ao horizonte de expectativas decrescentes (Arantes) que marca o contemporâneo, em que o porvir é fechado de antemão, submetido ao passado enquanto capital acumulado, trabalho morto.

Palavras-chave

Tempo, dinheiro, campo transcendental, subjetivação.

THE EQUATION “TIME = MONEY” AS THE CAPITALIST TRANSCENDENTAL FIELD: DIFFERENTIAL TEMPORAL-MONETARY CLASS SUBJECTIVATION

Abstract

The article proposes, through Deleuzean philosophy and research in Simmelian-based social monetary theory, a transcendental study on the nature of money, affirming it as a field of multiple individuation, seeking an answer to the problem of money that goes beyond the empirical level. Through Marxist and Marxian insights (mainly with Postone), the article a way to think how the identification between time and money occurred and occurs under the capitalist social machine, through the emergence of abstract and decoded time. Thus, time-money ends up constituting the transcendental field in which capitalist subjects are subjectivated, as well as the field of individuation that defines what will or will not be produced and consumed, when, how, and by whom. We then analyze how subjectivation occurs unevenly and differentially between the rich and the poor, capitalists and proletarians, as to some, time, in its three dimensions (past, present, and future), belongs to them, and to others, it escapes them, it is captured. Finally, we discuss the role of the debt economy in this subjectivation and link the phenomenon to the horizon of decreasing expectations (Paulo Arantes) that marks the contemporary, in which the future is predetermined, subjected to the past as accumulated capital, dead labor.

Keywords

Time, Money, Transcendental Field, Subjectification.

Submetido em: 31/03/2024
Aceito em: 16/07/2024

Como citar: PIROLA, Émerson dos Santos. A equação “tempo = dinheiro” como campo transcendental capitalista: subjetivação de classe temporal-monetária diferencial. *(des)troços: revista de pensamento radical*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. e51945, jan./jun. 2024.



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Introdução

A afirmação de que “tempo é dinheiro” é uma verdade tão intuitiva sob a máquina social capitalista que ela chega a se confundir com a sabedoria popular e com o senso comum. Entretanto, o que de fato está implicado nessa equivalência? Procuraremos aqui, através da filosofia transcendental de corte deleuzeano, bem como do recurso a intuições marxistas e marxianas sobre a formação do tempo e do trabalho abstratos, além da investigação transcendental de Simmel sobre o dinheiro, demonstrar como a equação “tempo = dinheiro” constitui o campo transcendental próprio à modernidade capitalista, dado que o sujeito transcendental se constitui internamente ao tempo e, portanto, do tempo abstrato, que é dinheiro, como forma do tempo de trabalho (socialmente necessário) e do valor. Dessa forma, o campo transcendental capitalista distribui desigualmente os processos de subjetivação entre as diferentes classes, distribuindo o próprio tempo, nas formas do passado, do presente e do futuro. Assim, o dinheiro-tempo constitui o próprio campo de individuação da realidade capitalista, definindo o que é ou não produzido, efetivado, consumido, quais as fatias da realidade a serem atualizadas, e constitui também o campo de subjetivação, dado que, sob a lógica do empirismo transcendental, o sujeito se constitui internamente ao tempo, de maneira dinâmica e diferencial.

Na primeira seção do texto discorreremos sobre a constituição de uma concepção transcendental de dinheiro, formando um campo transcendental com diferentes formas empíricas. Discutimos também o que ocorre com o dinheiro quando pensado sob o signo do empirismo transcendental. Na segunda seção do texto adentramos propriamente a problemática do tempo e da constituição do tempo abstrato, que, passando pelo trabalho abstrato, efetua a realização da equação “tempo = dinheiro”. Na terceira seção, expomos como se dá a diferenciação de classe na distribuição do tempo-dinheiro como campo de subjetivação, demonstrando como o tempo escapa aos proletários e pertence de direito ao capitalista. Por fim, na quarta seção, expomos sobre a subjetivação temporal e monetária sob a dominância do capital financeiro e da economia de dívida, que resulta no horizonte de expectativas decrescentes¹ e no fechamento do porvir, no cancelamento do futuro.

1. Do empírico e do transcendental no que concerne ao dinheiro e do dinheiro no empirismo transcendental

Um problema fundamental na pesquisa sobre a natureza do dinheiro se dá em produzir um conceito que dê conta da diversidade empírica e histórica de suas formas, tão díspares. Dodd, em seu fundamental *The social life of money*, argumenta que é impossível chegar a uma resposta empírica satisfatória à pergunta “o que faz das diferentes coisas que chamamos de dinheiro, dinheiro?”.² Assim, em linguagem kantiana, diferenciamos o transcendental do que é empírico, sempre com o cuidado de não

¹ Arantes, *O novo tempo do mundo*.

² Dodd, *The social life of money*, p. 6.

"decalcar o transcendental a partir dos caracteres do empírico".³ Em outra linguagem, utilizada sobretudo no debate dialético marxista e hegeliano, mas não apenas nele, se opõem o que é "lógico" ao que é "histórico"⁴ – Schumpeter,⁵ por exemplo, distingue entre teorias que apresentem uma origem histórica do dinheiro e teorias que apresentem uma origem lógica, e salienta a importância de distinguir os dois procedimentos. Em ambas estas formas de colocação do debate a primazia conceitual fica para o lado do transcendental e do lógico, e o empírico e o histórico são tidos como campos de contingência extraconceitual.⁶ Assim, nesse campo de pesquisa lógico-transcendental sobre a origem do dinheiro, não devemos nos satisfazer com pesquisas simplesmente empíricas sobre o funcionamento de diferentes dinheiros, ou pesquisas históricas sobre as origens e desenvolvimentos do dinheiro. Como coloca Schumpeter, "nenhuma teoria do dinheiro pode ser refutada pela demonstração da falsidade de quaisquer afirmações de seu autor sobre a história primitiva do dinheiro, e nenhuma teoria pode ser provada como correta por uma demonstração da correção de tais afirmações por seu autor".⁷ Talvez seja essa a razão de Keynes, mesmo após um mergulho "babilônico" na história arcaica do dinheiro, ter concluído "que a origem do dinheiro não era particularmente importante".⁸ Ao separar as origens históricas do dinheiro de seu real funcionamento *hoje*, estamos exigindo uma pesquisa de natureza transcendental ou lógica. Como o dinheiro funciona? Quais as suas condições de possibilidade?

Assim, uma versão sofisticada da teoria da emergência do dinheiro via escambo, teoria geralmente proferida pelos adeptos do liberalismo econômico e da economia ortodoxa, poderia alegar, diante das críticas advindas da história e da antropologia, que demonstram não existir factualmente a famosa época ou terra do escambo,⁹ que o esquema do escambo não seria uma teoria sobre a origem histórica, mas sobre o funcionamento lógico ou sobre as condições transcendentais do dinheiro. É aqui, portanto, que o verdadeiro embate acontece. O escambo, nesse sentido, não seria um mito de origem, mas o elemento transcendental das teorias ortodoxas do dinheiro. Do ponto de vista das teorias baseadas na dívida, contrapostas ao esquema troquista do escambo, o problema dessas teorias está em transmitir infundadamente ao transcendental as características do empírico: na experiência do dinheiro ele parece substituir uma troca direta, que seria sua condição de possibilidade, portanto a troca é elevada a elemento transcendental. Talvez isso revele parte da história, mas certamente não toda. O elemento transcendental das teorias do dinheiro, mesmo se não anunciado nesses termos, por fim, tem um papel de seleção do empírico, e é a instância julgadora dos elementos empíricos

³ Deleuze, *Lógica do sentido*, p. 101.

⁴ Cf. essa oposição tb. em Lordon; Orléan, *Genèse de l'État et genèse de la monnaie*, p. 7. O "lógico" também pode se opor a algum sentido genérico de "prático", como em "o gasto *logicamente* vem primeiro, antes do governo obter impostos ou vender títulos" (Wray, *From the state theory of money to modern money theory*, p. 29, grimeiro grifo nosso e segundo do autor).

⁵ Schumpeter, *História da análise econômica*, p. 92.

⁶ O próprio Deleuze aproxima ou equivale o "empírico" e o que chama de "história no presente" (Deleuze, *Pericles and Verdi*, p. 160). Não sabemos dizer até que ponto a equivalência entre "transcendental" e "lógico" se sustenta, mas ao menos em um nível heurístico ela é válida. Read (*The micro-politics of capital*, p. 76) estabelece de passagem uma correlação ou mesmo uma equivalência entre um sentido transcendental ("condição de possibilidade") e um sentido "lógico" (ambos em oposição a um sentido cronológico).

⁷ Schumpeter apud Dodd, *The social life of money*, p. 16.

⁸ Graeber, *Dívida*, p. 73.

⁹ Cf. Graeber, *Dívida*.

que se enquadram ou não no conceito. Portanto, o escambo ou troca enquanto transcendental determina quais “dinheiros” serão ou não entendidos enquanto dinheiro. A concepção ortodoxa, nesse sentido, acaba tendo um conceito bastante restritivo em relação a formas de dinheiro não convencionais, ou seja, que não tenham na troca a sua função aglutinadora.

Dodd¹⁰, a partir de Simmel¹¹, e contra uma tendência empiricista na sociologia e na antropologia do dinheiro, que tende a vetar a construção de um conceito coerente de dinheiro por causa de sua disparidade empírica, propõem pensar o dinheiro como uma *ideia*, uma ideia reguladora da razão em sentido kantiano (como a Alma, Deus e o Mundo), que, enquanto ideia, não pode existir empiricamente. “Essa ideia de dinheiro apresenta o limite conceitual contra o qual todas as miríades de formas de dinheiro podem ser compreendidas, por mais diversas que sejam”.¹² Isso não proibiria pensar um conceito de dinheiro, mas, pelo contrário, possibilitaria abarcar sob um conceito unitário a diversidade empírica dos dinheiros.

A análise de Simmel pode abranger argumentos sobre a diversidade do dinheiro porque funciona em um nível genérico. Como ideia, o conceito de dinheiro de Simmel apresenta um limite conceitual contra o qual todas as formas de dinheiro se desenvolvem e tomam forma, por mais diversas que sejam. Para Simmel, o dinheiro em sua forma mais pura é infinitamente fungível: pode ser trocado por tudo e qualquer coisa. O dinheiro, portanto, serve como um meio universal de quantificar o valor. Mas, quando concebido dessa maneira, o ‘dinheiro’ *nunca pode existir empiricamente*.¹³

Zelizer, em resposta a Dodd, afirmou que esse modo de conceituar o dinheiro ofereceria um “coerente *campo de variação* em vez de um fenômeno invariante e unitário”.¹⁴ Dodd acrescenta: “empiricamente, o dinheiro é de fato um campo de variação. Mas esse campo só pode se tornar coerente se desenvolvermos um *conceito* de dinheiro que seja invariante e unitário”.¹⁵ Essa oscilação entre a diversidade empírica e a unidade conceitual, unidade da ideia transcendental, pode ser resolvida com o recurso ao empirismo transcendental de Deleuze. Propomos pensar, levando o raciocínio transcendental de Simmel e Dodd para o empirismo transcendental deleuzeano, esse campo do dinheiro como um campo transcendental em que se atualizam e se individualizam diferencialmente as empíricas manifestações do dinheiro, em que um “conceito unitário” de dinheiro diz ao mesmo tempo da diferença (variação) do campo transcendental (ou do plano de imanência) monetário. “O conceito de dinheiro de Simmel fornece uma base ideal para tratar o dinheiro como uma categoria genérica. Como tal, fornece a *superfície plana* na qual os contornos complexos da paisagem monetária contemporânea podem ser mapeados”.¹⁶ Nesse sentido, o dinheiro enquanto ideia é uma estrutura transcendental (o que Deleuze e Guattari chamarão também de *máquina*¹⁷), e, portanto, é *virtual*:

¹⁰ Dodd, *Laundering ‘money’*; Dodd, *On Simmel’s Pure Concept of Money*; Dodd, *The social life of money*.

¹¹ Simmel, *The Philosophy of Money*.

¹² Dodd, *The social life of money*, p. 48.

¹³ Dodd, *Laundering ‘money’*, p. 409, grifo no original.

¹⁴ Zelizer apud Dodd, *On Simmel’s Pure Concept of Money*, p. 289, grifo nosso.

¹⁵ Dodd, *On Simmel’s Pure Concept of Money*, p. 289, grifo no original.

¹⁶ Dodd, *Laundering ‘money’*, p. 409, grifo nosso.

¹⁷ Deleuze; Guattari, *O anti-Édipo*.

Talvez o termo 'virtualidade' designasse exatamente o modo da estrutura ou o objeto da teoria, mas com a condição de retirarmos dele todo caráter vago; porque o virtual tem uma realidade que lhe é própria, mas que não se confunde com nenhuma realidade atual, com nenhuma realidade presente ou passada; ele tem uma realidade que lhe é própria, mas que não se confunde com nenhuma imagem possível, com nenhuma ideia abstrata. Da estrutura, diremos: *real sem ser atual, ideal sem ser abstrata*. [...] Extrair a estrutura de um domínio é determinar toda uma virtualidade de coexistência que preexiste aos seres, aos objetos e às obras desse domínio. Toda estrutura é uma multiplicidade de coexistência virtual.¹⁸

O dinheiro, portanto, é uma virtualidade diferencial, um campo de variação imanente em que se atualizam diferentes dinheiros empíricos e históricos. Mas essa variação e essa diferença *importam*. Zelizer argumenta que "a multiplicidade do dinheiro decorre das formas diferenciadas com que lhe atribuímos significados sempre que está em nossa posse".¹⁹ A autora diz que a variedade antropológica de modos que o dinheiro é diferencialmente imbuído de significado (o que ela batiza de "*earmarking*") impossibilita falar de um dinheiro único e impessoal, e nos leva a falar antes de dinheiros (*monies*). Por exemplo, quando reservamos certa quantia de dinheiro para comprar um presente, ou quando guardamos certa quantia de dinheiro que recebemos de presente para uma compra especial. Assim, a autora sintetiza sua tese no *dictum* "nem todos os dólares são iguais". Temos aqui uma dimensão intensiva do dinheiro. Enquanto Zelizer pensa sobretudo os modos de relação diferenciados das pessoas com o dinheiro, Hart,²⁰ por outro lado, argumenta na tendência de vetar a construção de um conceito unitário de dinheiro através do recurso à emergência contemporânea de moedas alternativas, eletrônicas, virtuais, locais, comunitárias, de tempo etc.²¹ Entretanto, a partir do empirismo transcendental, não é o caso de deduzir dessa multiplicidade de dinheiros e de modos de se relacionar com ele(s) uma impossibilidade de produzir um conceito: via Simmel e, sobretudo, via Deleuze, o dinheiro é antes esse campo de variação em que se opera a quantificação de valores qualitativamente heterogêneos. *O dinheiro não é e não pode ser simplesmente empírico*. De outro lado, entretanto, como no neo-kantismo de Simmel²² e no empirismo transcendental de Deleuze o transcendental não é uma forma fixa e trans-histórica, mas uma dinâmica sujeita às condições de possibilidade históricas, empíricas e sociais, o dinheiro também não pode ser fixo e trans-histórico. O dinheiro

¹⁸ Deleuze, *A ilha deserta*, p. 231, grifo no original. Cf. tb. Deleuze, *Diferença e repetição*.

¹⁹ Dodd, *Laundering 'money'*, p. 400.

²⁰ Hart, *The Memory Bank*.

²¹ Cf. Dodd, *Laundering 'money'*.

²² Existe algo de Simmel que já aponta na direção do empirismo transcendental, na medida em que, enquanto sociólogo, abre o campo transcendental a processos dinâmicos históricos, econômicos e sociais. Simmel, enquanto neo-kantiano, criticava toda interpretação dualista (mente x corpo; forma x conteúdo; objetivo x subjetivo) do empreendimento de Kant, elevando a experiência a um patamar transcendental na medida em que a função sintética da razão pertenceria a uma terceira categoria, para além da oposição estrita entre objetividade e subjetividade e entre razão e sensibilidade. (Nesse sentido, a crítica de Kamolnick (*Simmel's Legacy for Contemporary Value Theory*) a um suposto dualismo da teoria social de Simmel perde de vista o quanto o seu neo-kantismo diferia das leituras idealistas e subjetivistas de Kant). Assim, Simmel podia expandir para além dos limites do próprio Kant a categoria do *a priori*. Segundo Simmel, "o sistema do *a priori* deve se tornar mais flexível, desenvolvendo-se junto com o avanço do conhecimento. Deve atribuir "a cada domínio de experiência suas normas e formas gerais". Em várias ocasiões, Simmel tentou desenvolver novos postulados *a priori* para tipos específicos de conhecimento, como o conhecimento histórico ou o conhecimento social" (Podoksik, *Neo-Kantianism and Georg Simmel's interpretation of Kant*, p. 12).

embaralha a separação estanque entre o empírico e o transcendental. É por isso que o empirismo transcendental faz uma ontologia e fornece um método adequados a esse objeto, visto que no empirismo transcendental deleuzeano o transcendental e o empírico são imanentes um ao outro.

Como Dodd²³ intui, evocando um paralelo com a questão foucaultiana em *As palavras e as coisas* – “O que é o homem?” –, há, na questão do dinheiro, necessariamente, uma confusão, paradoxo ou contradição entre o empírico e o transcendental, em que o dinheiro aparece simultaneamente fora e dentro do reino dos valores, “*está tanto fora da esfera do valor econômico como a sua medida externa e dentro dela como um valor em si mesmo*”, como medida universal dos valores e como mercadoria particular, como fixidez e como fluxo, como medida e como medido. O dinheiro aparece, na leitura simmeliana de Dodd, como uma forma dinâmica transcendental que efetua a passagem, sempre transformada e transformável, entre o empírico e o transcendental. Para Simmel, “o valor das coisas se separou dos objetos e adquiriu uma existência independente e condensada no dinheiro como um substituto para a pura potencialidade de qualquer valor”.²⁴ Assim, o dinheiro é a encarnação do processo de valorização do “ser” ou da realidade, *é o plano em que a realidade valorizada e o sujeito valorizante se encontram*. Simmel,²⁵ dentro do “paradigma da modernização”,²⁶ extrai toda uma filosofia da subjetividade e da cultura modernas a partir do dinheiro, tanto através da pergunta transcendental “Como o dinheiro é possível?” como a partir da questão correlata e inversa, também transcendental, “O que o dinheiro possibilita?”. Propomos radicalizar o neo-kantismo de Simmel, pela lente do “realismo monetário pós-estruturalista” de Dodd,²⁷ na direção do kantismo selvagem de Deleuze, e fazer com que o dinheiro se torne o crivo “empírico-transcendental” entre o sujeito transcendental e o sujeito empírico. Ainda, passando do empirismo transcendental ao materialismo transcendental, o dinheiro se torna (um)a forma não apenas de acesso ao, mas de produção do real, ainda que não seja a única. Devido à extensa e intensa mercantilização e monetização próprias da máquina social capitalista, entretanto, ele se torna uma das principais dessas formas, talvez a principal.

No empirismo transcendental deleuzeano, em sua singular leitura de Kant, é o tempo o que opera a ligação entre o empírico e o transcendental: “Como a existência só pode ser determinada no tempo, como existência de um eu (*moi*) passivo, então o *Je* e o *Moi* se encontram separados pela linha do tempo. Essa concepção do tempo possibilita distinguir, no interior do sujeito, entre um eu transcendental e um eu empírico”.²⁸ Essa imanência mútua entre Sujeito e tempo faz com que a “forma do tempo” seja interiorizada, se tornando “forma de interioridade” – “Kant definia o tempo como forma de interioridade, no sentido em que somos interiores ao tempo”. Assim, “a única subjetividade é o tempo, [...] e somos nós que somos interiores ao tempo”.²⁹ O empirismo transcendental “recusa radicalmente o caráter primeiro do sujeito e afirma o *primado da própria experiência do*

²³ Dodd, *The social life of money*, pp. 390-391, grifo nosso.

²⁴ Markowska, *Homo Libidinous and the Economy of Desire*, p. 491.

²⁵ Simmel, *The Philosophy of Money*.

²⁶ Karalus, *Georg Simmel's The Philosophy of Money and the Modernization Paradigm*.

²⁷ Appel, *The idea life of money and poststructural realism*.

²⁸ Rodrigues, *Subjetividade, tempo e instituição no empirismo transcendental de Gilles Deleuze*, p. 79.

²⁹ Deleuze, *A imagem-tempo*, p. 103.

tempo, que não é dada a um sujeito que a ela preexista".³⁰ A forma do tempo, portanto, efetua a passagem do transcendental ao empírico e vice-versa. Como sugere Rodrigues, a partir da leitura de Hume por Deleuze, esse aspecto do empirismo transcendental é intimamente ligado à teoria deleuzeana da *instituição*, na qual estas são meios (sociais) oblíquos de realização de tendências ou instintos humanos: a forma do tempo só adquire um caráter atual na instituição, que realiza diferencialmente as tendências ou instintos.³¹ O sujeito transcendental é constituído na e pela forma do tempo, portanto, pela instituição – o tempo é *determinável*, como diz Deleuze, e, nesse sentido, é a instituição que o determina. A forma do tempo, portanto, é virtual e não estática, é um transcendental dinâmico. A criação institucional, enquanto produção e criação de modos de vida, de meios positivos de realizar as tendências ou instintos, modifica o próprio sujeito transcendental, que é sujeito ao tempo e, por fim, à história.³² O dinheiro, nesse sentido, funciona como a forma do tempo (Simmel afirmava que ele era a "forma do desejo"³³), que faz a passagem entre o empírico e o transcendental: a dobradiça, o ponto dinâmico de subjetivação. E se o dinheiro tem uma natureza transcendental na formação do sujeito (moderno), como quer Simmel,³⁴ então ele próprio está aberto para a construção institucional e, através dele, para a reforma ou revolução da subjetividade, que é monetária, e das "formas de vida"³⁵ que ele proporciona. O dinheiro é, assim, ele mesmo, uma forma de vida.³⁶

Resumindo: ligamos a função transcendental do dinheiro na produção da subjetividade moderna (afirmada por Simmel) com o empirismo transcendental de Deleuze, que afirma que a "forma do tempo" se efetua na instituição enquanto modelo de atualização das tendências e instintos.³⁷ A instituição determina a forma do tempo: "toda instituição impõe uma série de modelos a nosso corpo, mesmo em suas estruturas involuntárias, e dá à nossa inteligência um saber que possibilita a previsão e o projeto".³⁸ Propomos pensar o dinheiro como a instituição eminente da modernidade capitalista nessa relação paradoxal entre o empírico e o transcendental, como o realizador por excelência da forma do tempo para o sujeito transcendental, que é dinâmico (histórico).

A relação entre o dinheiro e o tempo, ainda, não tem nada de arbitrária, como veremos na próxima seção. O próprio Deleuze diz explicitamente: "dinheiro é tempo".³⁹ O dinheiro, como sugere Visser⁴⁰ a partir de Simmel e Bourdieu, é um elemento central na nossa "capacidade projetiva", da nossa capacidade de projetar no tempo, de ser no tempo,

³⁰ Rodrigues, *Subjetividade, tempo e instituição no empirismo transcendental de Gilles Deleuze*, pp. 79-80, grifo no original.

³¹ Sobre a importância da noção deleuzeana de instituição, cf. Corrêa, *A jurisprudência como categoria social*.

³² Esse kantismo empirista de Deleuze é próximo ao kantismo historicista de Foucault de *As palavras e as coisas* e *A arqueologia do saber*, mas enquanto o primeiro pensa em instituições e em condições da experiência real, o segundo pensa em *epistemes*, que constituem o *a priori histórico* do saber.

³³ Kamolnick, *Simmel's Legacy for Contemporary Value Theory*; Markowska, *Homo Libidinous and the Economy of Desire*.

³⁴ Simmel, *The Philosophy of Money*.

³⁵ Simmel, *The Philosophy of Money*.

³⁶ Markowska, *Homo Libidinous and the Economy of Desire*.

³⁷ Rodrigues, *Subjetividade, tempo e instituição no empirismo transcendental de Gilles Deleuze*.

³⁸ Rodrigues, *Subjetividade, tempo e instituição no empirismo transcendental de Gilles Deleuze*, p. 82.

³⁹ Deleuze, *A imagem-tempo*, pp. 98-99.

⁴⁰ Visser, *A sociologia econômica de Simmel e Bourdieu*, p. 66.

de se subjetivar (já que, como visto, o sujeito é interno ao tempo). Visser⁴¹ atenta como a crítica de Bourdieu ao *homo economicus* das teorias liberais afirma que estas perdem de vista o fator histórico e institucional que faz com que os sujeitos se constituam como agentes econômicos que se projetam no tempo em direção a um futuro abstrato, e que não é um sujeito transcendental econômico dado de uma vez por todas e a-historicamente o que possibilita a agência econômica em sentido estrito (descodificado). É no dinheiro, portanto, que se dá a subjetivação temporal capitalista. Entretanto, essa subjetivação temporal-monetária não é sempre a mesma, não é distribuída de maneira uniforme. Ponto fundamental, retomando a ideia do dinheiro como um campo transcendental em que se atualizam diferentes formas empíricas e no qual se subjetivizam os agentes, é que “para além de uma expressão geral da vida mental e psíquica, com o dinheiro na modernidade existem experiências *diferenciais*, marcadas pelo acesso a determinadas condições e modos de ação”.⁴² Essa diferença na experiência, portanto, é determinada por fatores de classe, tanto no sentido “liberal” do termo, em que se definem as classes pelo nível de renda, quanto no sentido marxista, em que elas são definidas pelo acesso a capital ou, pelo contrário, pela disponibilidade apenas da própria força de trabalho. Assim, no sentido liberal, as classes altas, médias altas e médias conseguem apreender “o futuro como investimento”, enquanto as classes baixas o percebem com um “caráter emergencial e instável”: “A relação entre vida interior e economia monetária estrutura-se, portanto, segundo padrões diferenciais de classe”.⁴³ Se o sujeito é interior ao tempo e, ao menos na modernidade capitalista, tempo é dinheiro, o sujeito é interior ao dinheiro, e é nele, enquanto campo transcendental, em que se dão os processos de subjetivação e a projeção da existência no tempo, podendo ser abarcado enquanto investimento e futuro ou enquanto urgência e presentismo: “Enquanto os pobres encontram os fins [...] de uso com o dinheiro pré-definidos pelas condições, os ricos dispõem do alargamento do uso potencial do dinheiro”.⁴⁴ (Na próxima sessão avançamos sobre essa diferenciação nos termos da divisão de classe marxista).

2. Dinheiro e tempo

É necessário explorar mais essa estranha ideia, tão conhecida e intuitiva, mas que não deixa de causar estranheza, de que tempo é dinheiro ou de que dinheiro é tempo. Como isso é possível? Vamos por partes. Deleuze diz que uma das grandes revoluções filosóficas operadas por Kant foi a de *submeter o movimento ao tempo*. “Até Kant o tempo derivava do movimento. Ele era secundário em relação ao movimento. Ele era considerado como número ou medida do movimento”.⁴⁵ “Recordemos somente a famosa definição aristotélica de tempo: ‘tempo é o número do movimento’”.⁴⁶ Kant inverte essa subordinação e a partir daí o movimento é submetido ao tempo. Quando o tempo é submetido ao movimento ele é *circular* (a rotação dos astros); é um movimento periódico.

⁴¹ Visser, *A sociologia econômica de Simmel e Bourdieu*.

⁴² Visser, *A sociologia econômica de Simmel e Bourdieu*, p. 67, grifo no original.

⁴³ Visser, *A sociologia econômica de Simmel e Bourdieu*, p. 76.

⁴⁴ Visser, *A sociologia econômica de Simmel e Bourdieu*, p. 66.

⁴⁵ Deleuze, *O abecedário de Gilles Deleuze*, p. 52.

⁴⁶ Le Goff, *Na Idade Média*, p. 57.

Quando o movimento é submetido ao tempo, o tempo se torna uma *linha reta*.⁴⁷ O que isso quer dizer? Como isso se relaciona com a equação "tempo = dinheiro"? Esse processo e essa revolução filosófica kantiana estão ligados à emergência do tempo abstrato capitalista, correlato do devir dinheiro do tempo e do devir tempo do dinheiro. Como Deleuze insiste: o dinheiro é "da ordem do tempo", "o tempo sendo dinheiro ou circulação de dinheiro".⁴⁸ Deleuze nunca desenvolve esse ponto sistematicamente, mas fica implícito em seu texto a relação entre a transformação do tempo em tempo abstrato, a submissão do movimento ao tempo e a emergência da economia monetária: "No limite, um tempo aberrante irá se desfazer para devir cada vez mais autônomo, abstrato das outras andaduras e, por vezes, tombando e tropeçando. [...] *com o dinheiro, com a 'crematística', um tempo assim não se introduziria na comunidade?*"^{49 50}

Embora a imagem ou ideia explícita do dinheiro como tempo e do tempo como dinheiro vem ao menos desde o século XVII,⁵¹ com indícios menos explícitos vindos desde o fim da Idade Média,⁵² a formulação canônica da equação "tempo é dinheiro" é provavelmente de Benjamin Franklin, em texto que Weber⁵³ considera um documento que contém em pureza o "espírito do capitalismo":

Lembra-te que *tempo é dinheiro*; aquele que com seu trabalho pode ganhar dez xelins ao dia e vagabundeia metade do dia, ou fica deitado em seu quarto, não deve, mesmo que gaste apenas seis *pence* para se divertir, contabilizar só essa despesa; na verdade gastou, ou melhor, jogou fora, cinco xelins a mais. [...] Quem perde a cada dia um bocado de seu tempo no valor de quatro *pence* (mesmo que sejam só alguns minutos) perde, dia após dia, o privilégio de utilizar cem libras por ano Quem desperdiça seu tempo no valor de cinco xelins perde cinco xelins e bem que os poderia ter lançado ao mar.⁵⁴

O discurso de Franklin, essencialmente puritano, supõe uma convertibilidade dada entre tempo e dinheiro e a transformação do tempo "em um bem escasso a ser administrado de forma eficiente, o que é responsável pela sua experiência como uma grandeza linear, sem qualidade e abstrata".⁵⁵ A similitude é grande: "assim como o dinheiro, o tempo é escasso, independentemente de quanto se tenha, e o tempo, exatamente como o dinheiro, pode ser *perdido, investido, gasto, economizado, organizado* etc."⁵⁶ Entretanto, o que torna isso possível? O segredo dessa convertibilidade já fora descoberto por Marx⁵⁷ na categoria de trabalho abstrato, medido em tempo de trabalho socialmente necessário. É essa categoria a chave que torna a equação possível e que

⁴⁷ Deleuze, *O abecedário de Gilles Deleuze*, p. 52.

⁴⁸ Deleuze, *A imagem-tempo*, p. 98.

⁴⁹ Deleuze, *Dois regimes de loucos*, p. 396, grifo nosso.

⁵⁰ No contexto de sua discussão sobre o cinema e a relação deste com o dinheiro, Deleuze também sugere a relação mencionada: "é numa mesma operação que o cinema enfrenta seu pressuposto interno, o dinheiro, e que a imagem-movimento cede lugar à imagem-tempo" (Deleuze, *A imagem-tempo*, p. 98-9. Grifo no original). O movimento é submetido ao dinheiro na mesma medida em que é submetido ao tempo e que o dinheiro e o tempo se aproximam.

⁵¹ Thompson, *Tempo, trabalho e disciplina no capitalismo industrial*, p. 295.

⁵² Le Goff, *Na Idade Média*, p. 57.

⁵³ Weber, *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*, p. 42.

⁵⁴ Franklin apud Weber, *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*, pp. 42-44, grifo no original.

⁵⁵ Rosa, *Tempo é dinheiro*, pp. 322-323.

⁵⁶ Rosa, *Tempo é dinheiro*, p. 323, grifo no original.

⁵⁷ Marx, *O Capital*.

torna, assim, o capitalismo possível: “com a mercantilização da força de trabalho, o tempo de trabalho abstrato fornece a medida homogênea que confere à superfície de registro intensivo do mercado capitalista a aparência de uma multiplicidade métrica. É (possivelmente) apenas no sistema capitalista, ou talvez mais precisamente no mercado capitalista, que tempo = dinheiro”.⁵⁸ Como Guattari coloca,

A ordem capitalística⁵⁹ incide nos modos de temporalização. Ela destrói antigos sistemas de vida, ela impõe um tempo de equivalência, a começar pelo assalariamento através do qual ela valoriza as diferentes atividades de produção. As produções que entram nos circuitos comerciais, as produções de ordem social ou as produções de alta valorização são, todas elas, sobrecodificadas por um tempo geral de equivalência.⁶⁰

Esse “tempo geral de equivalência” é o tempo abstrato, homogêneo, linear, próprio da modernidade capitalista.

E. P. Thompson⁶¹, Postone⁶² e Rosa⁶³ analisam, inspirados sobretudo em Marx,⁶⁴ como o tempo abstrato-linear e “do relógio”,⁶⁵ próprio do trabalho capitalista, difere do tempo “medido por tarefas” (Thompson), do “tempo concreto” (Postone) ou do “tempo do acontecimento”⁶⁶ (Rosa) das economias camponesas e primitivas pré-capitalistas.

[O]s nuer não têm expressão equivalente a “tempo” na nossa língua, e assim não podem, como nós, falar do tempo como se fosse algo real, que passa, que pode ser desperdiçado, poupado e assim por diante. Acho que jamais experienciam o mesmo sentimento de lutar contra o tempo ou de ter que coordenar as atividades com a passagem abstrata do tempo, porque seus pontos de referência são basicamente as próprias atividades, que têm em geral caráter de lazer. Os acontecimentos seguem uma ordem lógica, mas não são controlados por um sistema abstrato, não havendo

⁵⁸ Holland, *Market Theory and Capitalist Axiomatics*, p. 315.

⁵⁹ Reproduzimos a nota de Suely Rolnik em Guattari, *Micropolítica*, p. 15: “Guattari acrescenta o sufixo ‘ístico’ a ‘capitalista’ por lhe parecer necessário criar um termo que possa designar não apenas as sociedades qualificadas como capitalistas, mas também setores do ‘Terceiro Mundo’ ou do capitalismo ‘periférico’, assim como as economias ditas socialistas dos países do Leste, que vivem numa espécie de dependência e contradependência do capitalismo. Tais sociedades, segundo Guattari, em nada se diferenciam do ponto de vista do modo de produção da subjetividade. Elas funcionam segundo uma mesma cartografia do desejo no campo social, uma mesma economia libidinal-política”. Guattari diz também que “capitalístico” refere ao “conjunto dos sistemas sociais que funcionam a partir de uma descodificação generalizada dos fluxos” (Guattari, *Líneas de fuga*, p. 23).

⁶⁰ Guattari, *Micropolítica*, p. 44, grifo no original.

⁶¹ Thompson, *Tempo, trabalho e disciplina no capitalismo industrial*.

⁶² Postone, *Tempo, trabalho e dominação social*, p. 233 e ss.

⁶³ Rosa, *Tempo é dinheiro*, p. 321 e ss.

⁶⁴ Marx, *O Capital, Livro I*.

⁶⁵ Embora falar em “tempo do relógio” para se referir ao tempo abstrato capitalista não esteja errado, e todos os autores citados o fazem, Postone (*Tempo, trabalho e dominação social*, p. 236-40) demonstra como a invenção do relógio, por si só, não resulta no tempo abstrato, este sendo um resultado de processos sociais antes do que técnicos.

⁶⁶ A tradução brasileira do livro de Rosa traduziu *Ereigniszeit* por “tempo do evento”, além de o caracterizar como um tempo “aberto à eventualidade” (p. 348). Como o *Ereignis* alemão corresponde ao *événement* da filosofia francesa contemporânea, com a qual o presente trabalha se alinha, optamos por transformar “evento” em “acontecimento”, que é a tradução tradicional de “*événement*”.

pontos de referência autônomos a que as atividades tenham de se ajustar com precisão.⁶⁷

Em um processo lento, que passa da medida do tempo pelos ciclos naturais, pelas celebrações religiosas e sazonais e pelas tarefas de trabalho (a colheita, a luz do sol e da lua, os ciclos lunares, as migrações dos animais, os tempos do corpo, o canto do galo, os feriados etc.) à medição homogênea pelo relógio, o tempo vai se tornando abstrato. Papel fundamental nesse processo tem o dinheiro, pois o tempo se torna dinheiro, o “dinheiro do empregador”: “o empregador deve usar o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado; o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta”. “Na sociedade capitalista madura, todo o tempo deve ser consumido, negociado, *utilizado*; é uma ofensa que a força de trabalho meramente ‘passe o tempo’”.⁶⁸ Com a transição ao capitalismo, o tempo do relógio, o tempo abstrato, com Newton, “toma conta do universo”.⁶⁹

Antes de o tempo de trabalho se transformar em dinheiro na produção, entretanto, a emergência da equação tempo = dinheiro começa com o capital mercantil e financeiro. “A aceleração do comércio e dos transportes precede, historicamente, a aceleração da produção que alcança seu apogeu na Revolução Industrial. Um acelerador crítico, nesse contexto, é, naturalmente, o avançado desenvolvimento do sistema financeiro”.⁷⁰ E, como coloca Le Goff,

quando se organiza uma rede comercial o tempo torna-se objeto de medida. A demora de uma viagem, por mar ou por terra, de um lugar para outro, o problema dos preços que, no decorrer de uma mesma operação comercial, e mais ainda quando o circuito se complica, sobem ou descem, aumentam ou diminuem os lucros, a duração do trabalho artesanal ou operário (o mercador é também quase sempre um dador de trabalho) — tudo isto se impõe cada vez mais à sua atenção e se torna objecto de regulamentação cada vez mais minuciosa. O recomeço da mais minuciosa. O recomeço da cunhagem do ouro, a multiplicação dos sinais monetários, a complicação das operações de troca que resultam tanto desta espécie de bimetalismo como da diversidade das moedas reais e das flutuações nascentes, que criam não apenas a variação do curso comercial do dinheiro, mas também os primeiros ‘sobressaltos’ monetários, quer dizer, as primeiras medidas inflacionárias, e mais raramente deflacionárias — todo este alargamento do domínio monetário exige um tempo mais bem medido. O domínio do câmbio, no momento em que a aristocracia dos cambistas sucede à dos moedeiros da Alta Idade Média, prefigura o tempo da Bolsa, onde minutos e segundos farão e desfarão fortunas.⁷¹

Portanto, essas transformações no capital financeiro, mercantil e produtivo (que sempre foram interconexos) demonstram um processo progressivo de descodificação do dinheiro e do trabalho que são comuns, e que formam a descodificação do tempo, que devém abstrato: “o tempo, na economia capitalista, mantém-se *sem qualidade* — ele transcorre dia e noite, no verão ou no inverno de forma linear e no mesmo compasso, de

⁶⁷ Evans-Pritchard apud Thompson, *Tempo, trabalho e disciplina no capitalismo industrial*, pp. 302-303.

⁶⁸ Thompson, *Tempo, trabalho e disciplina no capitalismo industrial*, p. 298. Grifo no original.

⁶⁹ Thompson, *Tempo, trabalho e disciplina no capitalismo industrial*, p. 269.

⁷⁰ Rosa, *Tempo é dinheiro*, pp. 327-328.

⁷¹ Le Goff, *Na Idade Média*, pp. 51-52.

modo que uma hora na qual as máquinas cessam e não se trabalha, ou então não se transporta ou se vende, é uma hora economicamente perdida”.⁷²

O tempo pré-capitalista, como coloca Postone,⁷³ é uma variável dependente, e com a emergência do Capital se torna *independente*. O tempo capitalista é *descodificado*. A descodificação do tempo, que o torna um recurso econômico, é simultânea da descodificação do dinheiro, e é nessa dupla descodificação que a equação “tempo = dinheiro” se efetiva.⁷⁴ Exemplo dessa codificação do tempo pré-capitalista, bem como de sua descodificação progressiva capitalista, é a oposição identificada por Le Goff⁷⁵ entre um “tempo do mercador” e um “tempo da Igreja” (ou de Deus), e da condenação católica da prática da usura, pois esta seria uma prática de compra e venda de tempo, que é qualitativo (venda de “dias e noites”) e que só a Deus pertence. O abrandamento da crítica da usura no final da Idade Média, até a sua liberação (que desemboca eventualmente na economia de dívida neoliberal), é um índice da emergência da lógica do “tempo do mercador”, do tempo abstrato,⁷⁶ quando “o mercador descobre o preço do tempo”.⁷⁷

Embora, como atentam Rosa⁷⁸ e Le Goff,⁷⁹ a emergência do tempo abstrato seja anterior à hegemonia do trabalho abstrato, Postone atenta que é só com esta que o tempo abstrato se torna finalmente a temporalidade dominante:

Embora tenha emergido socialmente no final da Idade Média, o tempo abstrato só se generalizou muito mais tarde. [...] O ‘progresso’ do tempo abstrato como forma dominante de tempo está estreitamente ligado ao ‘progresso’ do capitalismo como forma de vida. Ele se tornou crescentemente predominante à medida que a forma-mercadoria se tornava a forma dominante de estruturação da vida social ao longo dos séculos seguintes. [...] A igualdade e divisibilidade de unidades de tempo constantes abstraídas da realidade sensorial de luz ou escuridão e das estações tornaram-se uma característica do cotidiano das cidades (embora não tenham afetado igualmente a todos os moradores urbanos), assim como a igualdade e divisibilidade do valor, expresso na forma-dinheiro, que é abstraído da realidade sensorial de vários produtos.⁸⁰

Embora Postone aponte uma analogia entre o papel da abstração monetária e da abstração temporal, o autor não liga efetivamente os dois pontos, ficando no nível do valor e da determinação temporal do valor, sem dar a devida atenção ao papel central da forma-dinheiro nessa transição. Todavia, o dinheiro, sendo “uma expressão exteriorizada da forma de mediação social que constitui a sociedade capitalista (trabalho abstrato objetivado como valor)”,⁸¹ este trabalho abstrato sendo medido em tempo abstrato, se equaliza com o tempo. O valor encontra sua forma plena na forma-dinheiro, que expressa o tempo (de trabalho) abstrato. É assim, portanto, que o tempo se torna dinheiro e o dinheiro se torna tempo.

⁷² Rosa, *Tempo é dinheiro*, p. 339, grifo no original.

⁷³ Postone, *Tempo, trabalho e dominação social*, p. 234.

⁷⁴ O papel decodificador do dinheiro é salientado em Deleuze; Guattari, *O anti-Édipo*.

⁷⁵ Le Goff, *Na Idade Média*.

⁷⁶ Cf. Le Goff, *Na Idade Média*, pp. 57-58.

⁷⁷ Le Goff, *Na Idade Média*, p. 53.

⁷⁸ Rosa, *Tempo é dinheiro*.

⁷⁹ Le Goff, *Na Idade Média*.

⁸⁰ Postone, *Tempo, trabalho e dominação social*, p. 247.

⁸¹ Postone, *Tempo, trabalho e dominação social*, p. 303.

Rosa⁸² atenta que com a emergência do capitalismo o tempo abstrato-linear se torna o tempo do trabalho e difere do tempo do acontecimento próprio ao regime pré-capitalista. O capitalismo, em um primeiro momento, se constrói sobre uma *diferenciação* clara entre tempo de trabalho e tempo de vida, esses tempos sendo de natureza qualitativamente diferente, com o tempo de vida sendo marcado pelos acontecimentos (heterogêneo) e o tempo de trabalho sendo marcado pelo relógio (homogêneo). Entretanto, como insiste corretamente a literatura pós-operaísta,⁸³ com o avanço do capitalismo à sociedade de consumo e ao pós-fordismo, o tempo de vida se torna cada vez mais tempo de trabalho. Avança assim uma *des-diferenciação* entre os tempos, mas que não volta ao momento pré-diferenciação, onde imperava o tempo do evento: há antes uma colonização progressiva do tempo do evento pelo tempo linear, o tempo de vida entra na lógica do tempo de trabalho.⁸⁴ No limite, todo o tempo se torna tempo de trabalho e, portanto, dinheiro. Há uma transformação do tempo de vida em lógica monetária, o tempo de vida se torna dinheiro. A colonização do tempo do acontecimento pelo tempo abstrato-linear é a colonização da vida pelo dinheiro. Assim, a submissão do movimento ao tempo se torna completa — podemos dizer, entretanto, que essa é uma passagem de natureza assintótica.

Voltemos a Kant e ao empirismo transcendental. A descoberta de Kant sobre o tempo é dupla: submeter o movimento ao tempo e pensar o sujeito como interno ao tempo. Na verdade, é uma descoberta só. O sujeito transcendental kantiano, interno ao tempo entendido enquanto “forma *a priori* da intuição”,⁸⁵ é a face subjetiva do movimento, face objetiva. Postone, nesse sentido, submete a descoberta kantiana à determinação sócio-histórica marxiana da emergência do trabalho e do tempo abstratos:

a determinação de Marx da grandeza do valor implica uma teoria sócio-histórica da emergência do tempo matemático absoluto como uma realidade social e como um conceito. Em outras palavras, essa abordagem trata de forma implícita como socialmente constituído o nível de pré-conhecimento estruturado que Kant interpreta como uma condição transcendental *a priori* do conhecimento. [...] [Marx] entende esse pré-conhecimento como uma estrutura pré-consciente da consciência socialmente formada, e nem a postula como universal e transcendental *a priori*.⁸⁶

Nesse aspecto, Marx é Kant mais a economia e a história (ou a dinâmica). Como já apontamos, Postone fica no nível do valor, sem ir ao dinheiro. Mas é o mesmo movimento argumentativo que há em Deleuze quando este afirma a teoria do sujeito kantiana como a interioridade do sujeito ao tempo e o papel do dinheiro na emergência do tempo abstrato. Vale repetir a citação: “No limite, um tempo aberrante irá se desfazer para devir cada vez mais autônomo, abstrato das outras andaduras e, por vezes, tombando e tropeçando. [...] *com o dinheiro, com a ‘crematística’, um tempo assim não se introduziria na comunidade?*”.⁸⁷ Assim fica mais claro em que sentido tempo é dinheiro e a equação tempo = dinheiro constitui o campo transcendental do capitalismo, no qual se subjetiva o sujeito. Fica claro, também, como a descoberta kantiana sobre o tempo era antes a

⁸² Rosa, *Tempo é dinheiro*.

⁸³ Hardt; Negri, *Império*. Hardt; Negri. *Multidão*.

⁸⁴ Rosa, *Tempo é dinheiro*, pp. 346-348.

⁸⁵ Deleuze, *A filosofia crítica de Kant*, p. 21.

⁸⁶ Postone, *Tempo, trabalho e dominação social*, pp. 252-253.

⁸⁷ Deleuze, *Dois regimes de loucos*, p. 396, grifo nosso.

formulação filosófica de um problema posto pelo meio histórico da emergência da modernidade capitalista. Desse modo, na mesma medida em que tempo é dinheiro, o sujeito transcendental kantiano é o sujeito do capitalismo descoberto por Marx, proletário ou capitalista (veremos como eles diferem).

3. Dinheiro, tempo e subjetivação diferencial

Agora, já que tempo é dinheiro, precisamos desenvolver alguns aspectos da teoria deleuzeana do tempo para entender como o dinheiro funciona temporalmente. Uma das principais bases da teoria do tempo de Deleuze é sabidamente a obra de Bergson.

As grandes teses de Bergson sobre o tempo apresentam-se assim: o passado coexiste com o presente que ele foi; o passado se conserva em si, como passado em geral (não-cronológico); o tempo se desdobra a cada instante em presente e passado, presente que passa e passado que se conserva.⁸⁸

Esse “presente que passa” aponta na direção do futuro. Assim, temos as três dimensões do tempo, passado, presente e futuro, que convivem. Complete-mos:

(...) já que o passado não se constitui depois do presente que ele foi, mas ao mesmo tempo, é preciso que o tempo se desdobre a cada instante em presente e passado, que por natureza diferem um do outro, ou, o que dá no mesmo, desdobre o presente em duas direções heterogêneas, uma se lançando em direção ao futuro e a outra caindo no passado. É preciso que o tempo se cinda ao mesmo tempo em que se afirma ou se desenrola: ele se cinda em dois jatos dissimétricos, um fazendo passar todo o presente, e o outro conservando todo o passado. O tempo consiste nessa cisão.⁸⁹

Deve-se reter quatro aspectos dessa teoria do tempo: 1) o passado tem uma realidade efetiva, ele é o virtual que se comprime no presente, que não é mais que o ponto mais comprimido do passado. 2) O presente é, portanto, simultaneamente passado e presente, e é, assim, ponto de atualização — “O que é atual é sempre um presente”.⁹⁰ 3) O tempo, assim, é uma realidade complexa, na qual passado e presente são simultâneos: “O tempo é heterogêneo antes de ser sucessivo; o curso do tempo (cronologia) é somente uma forma empírica, a maneira pela qual o tempo se representa”.⁹¹ Dessa forma, “cada um de nós vive simultaneamente em várias linhas do tempo”,⁹² inclusive, arriscamos dizer, no futuro, na medida em que o presente é esse jato bifurcado nas duas direções simultaneamente. 4) Esse jato na direção do futuro, “impulso rumo ao futuro”, “abertura de futuro”, é o que *cria o real*, e escapa ao “ricochete” entre o presente e o passado (o jato na direção do passado).⁹³

Há ainda uma afinidade, pouco comentada, da teoria do tempo de Deleuze com a concepção althusseriana⁹⁴ de que os modos de produção se constituem pela articulação

⁸⁸ Deleuze, *A imagem-tempo*, p. 103.

⁸⁹ Deleuze, *A imagem-tempo*, p. 102.

⁹⁰ Deleuze, *A imagem-tempo*, p. 99.

⁹¹ Zourabichvili, *Deleuze*, p. 99.

⁹² Zourabichvili, *Deleuze*, p. 101.

⁹³ Deleuze, *A imagem-tempo*, p. 110.

⁹⁴ Althusser, *O objeto de O Capital*.

diferencial de diferentes tempos.⁹⁵ Esse elemento é próximo do que vimos com a contribuição bergsoniana, mas é aqui aplicado à história. Ponto fundamental, entretanto, é que Althusser pensa essa estruturação do todo por diferentes tempos com a dominância de um regime temporal, como uma hierarquia de tempos diferencialmente articulados. Essa noção de dominância ou hierarquia temporal nos será útil para entender as funções do dinheiro no regime temporal capitalista.

Essa teoria complexa do tempo, com simultaneidade de dimensões e organização hierárquica diferencial, nos é útil para entender a complexidade do sistema capitalista: “Deleuze e Guattari ressaltam a necessidade de pensarmos, para dar conta da complexidade do capitalismo atual, relações causais complexas, sem finalidade, mas que testemunham de uma *ação do futuro sobre o presente ou do presente sobre o passado*”.⁹⁶ Já vimos como o dinheiro se torna tempo com o capitalismo. Agora resta ver como ele se articula com as três dimensões do tempo.

O dinheiro enquanto tempo é simultaneamente passado, presente e futuro. No momento da atualização, na compra, consumo ou investimento, o dinheiro é o presente enquanto ponto de atualização do passado virtual. O dinheiro é a virtualidade que se atualiza no presente a cada ato de compra e venda, a cada efetivação de sua natureza enquanto “reivindicação sobre a sociedade”,⁹⁷ enquanto uma forma de dívida paga ao reivindicante que o possui, uma dívida resgatada perante a sociedade. O dinheiro é, portanto, passado, totalidade virtual do passado, que é contemporâneo do presente, seu ponto de maior compressão. Nesse sentido, não causa estranheza que Deleuze (via Bergson) fale do passado como uma memória pura, uma memória virtual, que é acessada e atualizada a cada “lembração” presente e, por outro lado, a teoria social monetária defina o dinheiro como um *instrumento de memória coletiva*.⁹⁸ “o dinheiro é principalmente, mas não exclusivamente, um ato de lembrar, uma forma de acompanhar algumas das trocas que cada um de nós faz com o resto da humanidade. E é isso que faz do dinheiro um instrumento de memória coletiva”.⁹⁹ Enquanto memória, o dinheiro é assim “ambos uma lembrança do passado e um signo do futuro”.¹⁰⁰ O dinheiro, portanto, é passado e memória virtual, que se atualiza — o dinheiro não pode ser pensado apenas como algo presente, visto que é também o passado enquanto virtualidade, que cristaliza todas as trocas, investimentos, trabalho, dívidas, pagamentos, *todo o valor*, passados. Entretanto, ele precisa ser pensado também como futuro, em sua relação com o futuro. A teoria monetária por vezes o coloca como um “dispositivo orientado ao futuro”.¹⁰¹ A fórmula

⁹⁵ “[D]evemos notar uma notável afinidade entre a concepção de tempo de Deleuze e a concepção que Althusser e Balibar oferecem em *Ler O Capital*” (Stolze, *Deleuze and Althusser*, p. 60). “Deleuze abraçou a crítica de Althusser da ‘continuidade homogênea’ e da ‘contemporaneidade’ em ação no relato hegeliano do tempo histórico. Ele concorda que as ‘histórias diferenciais’ que compõem uma dada formação social manifestam seus próprios ritmos distintos e só existem em um estado complexo de interdependência. No entanto, Deleuze enriqueceu a análise de Althusser distinguindo ainda mais a ‘coexistência virtual’ ou ‘diferenciação’ dessas histórias de sua ‘atualização’ como efeitos materiais particulares – isto é, sua ‘diferenciação’” (Stolze, *Deleuze and Althusser*, p. 60).

⁹⁶ Drigo Agostinho, *Por uma anarquia coroada*, p. 93, grifo nosso.

⁹⁷ Simmel, *The philosophy of money*, p. 190.

⁹⁸ Hart, *The memory bank*; Dodd, *The social life of money*, p. 308. Roffe (*Abstract market theory*), com recurso a Bergson e Deleuze, em um raciocínio similar, pensa o mercado como a superfície em que se inscreve a memória capitalista.

⁹⁹ Hart, *The memory bank*, p. 225.

¹⁰⁰ Hart, *The memory bank*, p. 244.

¹⁰¹ Cocco; Cava. *New Neoliberalism and the Other*, p. 143.

famosa é de Keynes: “a importância da moeda decorre essencialmente do fato de consistir ela um elo entre o presente e o futuro. [...] A moeda, considerada em seus atributos mais significativos, é sobretudo um processo sutil de ligar o presente ao futuro”.¹⁰² O ato presente de compra, pagamento ou, sobretudo, investimento, é o momento do jato bifurcado de que fala Deleuze, em que o presente aponta de um lado para o passado virtual e de outro para o futuro enquanto porvir.

Marx, Keynes e Schumpeter desmontaram as elegâncias do capitalismo bem comportado ao desvendar no dinheiro, em sua forma essencial de riqueza-potência, a ponte que permite a passagem do presente quase certo para um futuro terrivelmente incerto. Forma necessária, porque o dinheiro não apenas intermedia transações entre valores existentes. Ademais de um meio de circulação de mercadorias e ativos existentes, o dinheiro em sua forma capitalista é, sobretudo, uma aposta na geração e acumulação de riqueza futura, o que envolve o pagamento de salários monetários aos trabalhadores e a aquisição de meios de produção com o propósito de captura de um valor monetário acima do que foi gasto.¹⁰³

O ato de compra e de consumo tem um pé no futuro, mas um futuro submetido ao presente e ao passado, enquanto realização de valor já produzido. A acumulação de capital e o entesouramento se dão também sob dominância do passado, na medida em que simplesmente preservam a virtualidade da riqueza. É no ato de investimento que o futuro se abre: “Investir consiste em abandonar a segurança da riqueza velha, na forma líquida, para apostar no futuro”.¹⁰⁴ Com o investimento capitalista, entretanto, o futuro é aberto no mesmo golpe em que é privatizado.

É no investimento que temos o momento que o dinheiro se torna capital, e o dinheiro-capital tem uma relação especial com o tempo e, sobretudo, com o futuro. No meio de sua discussão sobre o cinema, na qual o cinema caracterizado pelo tempo substitui o cinema baseado no movimento (a passagem kantiana do movimento ao tempo), Deleuze introduz o tema do dinheiro enquanto capital:

Se é verdade que o movimento suporta como invariante um conjunto de trocas ou uma equivalência, uma simetria, o tempo é por natureza a conspiração da troca desigual ou a impossibilidade de equivalência. É nesse sentido que ele é dinheiro: das duas fórmulas de Marx, M-D-M é a da equivalência, mas D-M-D é a da equivalência impossível ou da troca fraudulenta, dissimétrica.¹⁰⁵

Com a passagem ao dinheiro-tempo há uma “inflação que o tempo põe na troca”,¹⁰⁶ ela se torna, propriamente, dívida. É o controle e o poder do capital sobre o tempo, a não equivalência entre tempo de trabalho pago e tempo de trabalho produtivo. Cocco & Cava¹⁰⁷ nos ajudam a entender esse movimento: O presente é o tempo por excelência das trocas (dívidas resolvidas no presente), mas com a transformação capitalista do dinheiro, há uma transformação da temporalidade: “ultrapassando o tempo de resolução da dívida no presente, o dinheiro torna-se uma figura volumétrica, um cone repleto de múltiplas

¹⁰² Keynes, *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, p. 204. Grifo no original. Cf. Dodd, *The social life of money*, p. 125; p. 347.

¹⁰³ Belluzzo; Galípolo. *Dinheiro*, p. 21.

¹⁰⁴ Belluzzo; Galípolo. *Dinheiro*, p. 119.

¹⁰⁵ Deleuze, *A imagem-tempo*, p. 98.

¹⁰⁶ Deleuze, *A imagem-tempo*, p. 99.

¹⁰⁷ Cocco; Cava. *New Neoliberalism and the Other*, p. 140.

temporalidades: passado, presente e futuro integrados segundo uma economia do possível em que o presente nada mais é do que um ponto entre uma multidão”.¹⁰⁸ A referência aqui é certamente ao “cone do tempo” de Bergson, que ilustra a relação entre a virtualidade do passado puro e sua atualização no presente, que lhe é coextensivo.

Com a passagem do movimento ao tempo a troca e a equivalência se tornam dívida e Capital, e é aí que o tempo não pode mais ser vivido como presente isolado, mas como simultaneidade complexa dos tempos, dominada pelo Capital. O Capital, o capital-dinheiro, o capital financeiro, inseparável do produtivo, se torna o senhor do tempo, em todas as suas dimensões (passado, presente e futuro), como já colocava Marx:

(...) é no capital portador de juros que aparece consumada a ideia do fetiche do capital, a ideia que atribui ao produto acumulado do trabalho – e, além disso, fixado como dinheiro – a capacidade de criar mais-valor em progressão geométrica por meio de uma misteriosa qualidade inata, como um puro autômato, de tal modo que esse produto acumulado do trabalho, como afirma o *Economist*, tenha *descontado desde muito tempo toda a riqueza do mundo do presente e do futuro como algo que lhe pertence e lhe corresponde por direito*.¹⁰⁹

Em certo sentido, se o sujeito é interno ao tempo, e tempo é dinheiro, com a transformação do dinheiro em capital o tempo se torna interno ao Capital. Assim, ele é também um ponto de subjetivação — “O capital é um ponto de subjetivação por excelência”.¹¹⁰ Essa subjetivação no capital-dinheiro, entretanto, é diferencial se tratando do proletariado ou do capitalista (não confundir Capital e capitalista).

Em termos de classe marxistas, o capitalista se subjetiva no tempo como alguém que vive o futuro como pertencendo a si, na medida em que o toma como investimento produtivo (mesmo com o fator de risco, que em verdade tende a ser securitizado na finança). Além disso, ele se constrói sobre o passado na forma de riqueza acumulada – o que faz inclusive que a filiação humana se submeta à filiação da riqueza, no tema da “empresa de família” que passa de pai para filho. Nas empresas S.A., também, os *CEOs*, diretoria e acionistas, não contam senão com a atual geração humana que representa aquele capital, com o material humano que encarna uma função do capital-dinheiro. O capital acumulado passa de geração para geração, construindo a memória filiativa do capital.¹¹¹ O capital acumulado (passado) assegura o investimento e a compra de trabalho presentes que fazem com que o futuro lhe pertença. Todo o tempo pertence ao capitalista: o passado enquanto acumulação de trabalho morto;¹¹² o presente enquanto ato de investimento e compra de trabalho; o futuro enquanto aposta e fruto do investimento. O tempo abstrato de trabalho, nesse esquema, é a dobra que liga a subjetivação capitalista com a subjetivação proletária:

O produto do trabalho pretérito, o próprio trabalho pretérito, está aqui [no capital], em si mesmo, prenhe de um fragmento de mais — trabalho vivo, presente ou futuro. Sabe-se, em contrapartida, que na realidade a conservação e, portanto, também a reprodução do valor dos produtos do trabalho pretérito são apenas resultado de seu contato com o trabalho vivo; além disso, que o comando que os produtos do trabalho

¹⁰⁸ Cocco; Cava. *New Neoliberalism and the Other*, p. 140, grifo nosso.

¹⁰⁹ Marx, *O Capital*, Livro III, p. 449, grifo nosso.

¹¹⁰ Deleuze; Guattari, *Mil platôs*, vol. 3, p. 90.

¹¹¹ Cf. Deleuze; Guattari, *O anti-Édipo*.

¹¹² Dodd, *The social life of money*, p. 337.

pretérito exercem sobre o mais-trabalho vivo só dura enquanto subsiste a relação do capital, quer dizer, a relação social determinada em que o trabalho pretérito se confronta de modo independente e onipotente com o trabalho vivo.¹¹³

O tempo do proletário é condição do tempo do capitalista. O proletariado se subjetiva no tempo como aquele que não possui nada a não ser justamente a sua capacidade de produzir no tempo, de efetuar trabalho abstrato no tempo abstrato. O sujeito kantiano é o sujeito nu e solto (“trabalhador livre”) do qual fala Marx, o trabalhador descodificado e desterritorializado, que habita puramente o tempo “*a priori*” (histórico). Ser interno ao tempo significa estar submetido ao tempo abstrato e ao dinheiro enquanto medida desse tempo. O proletário se subjetiva no campo transcendental constituído pela equação capitalista “tempo = dinheiro” enquanto alguém sem passado e sem futuro, pois não possui capital acumulado ou capital a investir. Por conta de o dinheiro lhe aparecer sob o signo da ausência, da falta, ele só aparece como pagamento possível de seu trabalho, de sua capacidade de agir produtivamente no tempo presente. É por não ter dinheiro que o seu trabalho equivale a tempo e o tempo equivale a dinheiro. O tempo aparece como o campo em que o trabalho pode se converter em dinheiro. Essa capacidade de conversão é ambígua: é potência produtiva, mas que é vendida ao capitalista e, assim, lhe escapa. Assim, o presente, única dimensão que o proletário pode se agarrar, pois é ali que se efetua a sua potência produtiva, na medida em que é capturado pelo capital, *não lhe pertence*. Ele troca o presente por dinheiro. Quando ele finalmente consegue dinheiro, porém, este é todo convertido urgentemente na reprodução de sua capacidade produtiva. O tempo do proletário é o presente, e o seu futuro é uma extensão do presente. *Mais do mesmo*. Podemos falar em “presentismo” antes do que em presente, portanto, na medida em que o presente lhe escapa. Desse modo, a equação “tempo = dinheiro” aparece em sentidos diferentes para o capitalista e para o proletário. Para o capitalista, no qual o dinheiro aparece sob o signo da presença e da potência, “*dinheiro é tempo*”: passado, presente e futuro; memória virtual, atualização e porvir. O dinheiro, como as três dimensões do tempo, lhe pertence. Para o proletário, no qual o dinheiro aparece sob o signo da falta e da impotência, “*tempo é dinheiro*”: capacidade produtiva de converter tempo em dinheiro. O dinheiro não lhe pertence de direito, e assim que ele o recebe ele é reconvertido em bens de consumo para a reprodução. Assim, sem dinheiro, as três dimensões do tempo o proletário efetua em um presentismo: o passado não existe a não ser como antigo presente, o presente lhe escapa, não lhe pertence, e o futuro é uma incógnita, um abismo que não admite existência por si, abertura, porvir, na medida em que é reduzido a um presente que será.¹¹⁴

¹¹³ Marx, *O Capital, Livro III*, pp. 449-450.

¹¹⁴ Se nosso raciocínio está metafísico demais, ele encontra eco na formulação sociológica de Visser: “O que diferencia as classes dominantes seria justamente o acesso ao uso potencial do dinheiro enquanto forma de exercício de empoderamento de sua trajetória, dispondo potencialmente de pessoas e mercadorias. Trata-se da ruptura integral com o uso emergencial, mais comum nas classes populares. Tal configuração tornaria factível a compreensão do uso do dinheiro em abstrato e, portanto, habilitando sua função de capital, isto é, como fim. Por estarem socializadas nesse tipo de uso não limitado ao presente, as classes dominantes desenvolvem uma ação econômica prospectiva. Ele está ligado ao que Norbert Elias chamou de determinação ativa do tempo, cujo empoderamento subjetivo aumenta o poder decisório sobre a organização temporal das práticas” (Visser, *A sociologia econômica de Simmel e Bourdieu*, p. 72).

4. Economia de dívida e fechamento do porvir

Essa submissão do futuro ao presente é exponenciada pela dívida, na medida em que nela mesmo o presente do futuro, o trabalho futuro, é capturado no presente presente (*sic*). Com a dívida o futuro é descontado do presente, o que faz com que o futuro não seja mais “mais do mesmo”, extensão do presente, mas menos que o presente, sua distensão. Toda essa dimensão temporal, na qual a ausência de tempo e de dinheiro do capital é condição da acumulação de tempo e dinheiro pelo capitalista, e esta é a causa daquela, é sobressalente no caso da dívida e da economia de dívida que imperam no capitalismo contemporâneo:

A troca é instantânea, enquanto é próprio da dívida incluir, controlar e explorar o tempo, atualizando o futuro. [...] A dívida é o dispositivo capitalista para fechar e antecipar o tempo, para hipotecar sua indeterminação, para retirar o tempo de toda criação e de toda inovação e para normalizá-lo. Não basta dizer que a dívida é uma troca inacabada, pois a duração, o tempo e a incerteza constituem a diferença específica em relação à troca.¹¹⁵

Na medida em que dívida é dinheiro e dinheiro é dívida, não causa surpresa que eles operem pela mesma relação temporal, de ligação do presente com o futuro. Mas o dinheiro tem uma dupla possibilidade de relação com o futuro, que chamaremos de *crédito* e de *dívida*, que não são simples opostos complementares, mas assimétricos (qualquer pessoa que já tenha recebido um empréstimo sabe que são duas coisas diferentes receber o crédito e estar em dívida — crédito e débito só se equivalem e se anulam sob o plano axiomático do capital, enquanto quantidades extensivas homogêneas, mas do ponto de vista intensivo eles diferem, são quantidades intensivas). Como coloca Lazzarato,

a questão do tempo e da duração está no coração da dívida. Não apenas do tempo de trabalho ou do tempo de vida, mas também do tempo como possível, como porvir. A dívida lança uma ponte entre o presente e o futuro: ela antecipa e exerce um direito de preempção sobre o porvir.¹¹⁶

O dinheiro enquanto dívida, nesse sentido preciso de endividamento, é uma captura do futuro pelo presente. Na dívida o “futuro é descontado no presente”,¹¹⁷ como indicava Marx.¹¹⁸ Já no caso do crédito, seja pessoal ou empresarial, o dinheiro é um signo de potência de investimento no futuro, uma abertura ao porvir, uma aposta de produção de futuro no presente. Nesse sentido, a extensão do crédito para a classe trabalhadora e para as minorias é efetivamente uma conquista, mesmo se ambígua, pois acompanhada

¹¹⁵ Lazzarato, *O governo do homem endividado*, p. 82.

¹¹⁶ Lazzarato, *O governo do homem endividado*, p. 67.

¹¹⁷ O mesmo pode ser dito de um modo geral do sistema financeiro capitalista, embebido de dívida: “o aumento das negociações especulativas com papéis (especialmente a proliferação de mercados futuros e derivativos em geral) ‘descontaram o tempo futuro no tempo presente’. [...] A crescente formação de capital fictício a que esse processo dá vazão revela, de alguma forma, como o futuro está, de fato, sendo antecipado no presente, sem correspondentes garantias de que tenha realmente possibilidade de ser concretizado. [...] As operações nos mercados financeiros podem ser lidas, a partir desse enfoque, como uma espécie perigosa de deslocamento temporal” (Paraná, *A finança digitalizada*, p. 106).

¹¹⁸ Marx, *O Capital, Livro III*, p. 449.

da dívida, como coloca Federici: “a extensão do crédito aos trabalhadores reverteu o princípio ontológico capitalista segundo o qual o sujeito trabalha antes para depois receber e gastar: ou seja, os proletários devem trabalhar a crédito”.¹¹⁹

Se retomarmos, assim, à ideia althusseriana de que há uma articulação hierárquica e diferencial de tempos, podemos pensar que no capitalismo financeiro contemporâneo há uma dominância do futuro. Não do futuro como porvir, porém, mas do futuro enquanto capturado pelo presente e pelo passado (trabalho morto acumulado). O presente está preso, dessa forma, a um futuro, mas ao futuro capitalista: o futuro é privatizado e se torna mera extensão do presente. O novo é impossibilitado. Há uma primazia do tempo da dívida, e não do tempo do crédito.

Sob hegemonia financeira, tanto os fenômenos do endividamento quanto da chamada “precarização”, entendida como a falta de condições temporais e monetárias de reprodução adequadas, podem ser assinalados como causas econômico-transcendentais de a percepção do futuro nas sociedades contemporâneas ser cada vez mais negativa e catastrófica.¹²⁰ Como coloca Visser,

o acesso a condições estáveis e práticas econômicas minimamente diferenciadas significa poder perceber o futuro no longo prazo. O futuro ao qual fazemos menção não repousa sobre uma extensão do presente, mas numa projeção abstrata, que, muitas vezes, não é passível de ser imaginada com precisão. [...] a mitigação das incertezas temporais com relação às urgências econômicas torna oportuna a realização de expectativas, que, do contrário, permaneceriam infundadas e fantasiosas.¹²¹

Na falta presente de tempo e de dinheiro, devido à precarização, e na captura futura de tempo e de dinheiro, devido ao endividamento, não causa surpresa o diagnóstico que Paulo Arantes¹²² dá do capitalismo tardio: estaríamos em uma *era de expectativas decrescentes ou rebaixadas*.¹²³

a certa altura do curso contemporâneo do mundo, a distância entre expectativa e experiência passou a encurtar cada vez mais e numa direção surpreendente, como se a brecha do tempo novo fosse reabsorvida, e se fechasse em nova chave, inaugurando uma nova era que se poderia denominar das *expectativas decrescentes*, algo “vivido” em qualquer que seja o registro, alto ou baixo, e vivido em *regime de urgência*.¹²⁴

Se o *link* do presente com o futuro é o dinheiro (mesmo se não for o único), na medida em que não se tem dinheiro e em que a dívida nos tira mesmo o dinheiro futuro, resta o presente, o *presentismo*, ao menos para os pobres: “à medida, portanto, que o globo encolhe e os horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o

¹¹⁹ Federici, *Reencantando o mundo*, pp. 119-120.

¹²⁰ Evidentemente, a perspectiva de colapso climático tem um enorme papel aqui, que não ignoramos.

¹²¹ Visser, *A sociologia econômica de Simmel e Bourdieu*, p. 268.

¹²² Arantes, *O novo tempo do mundo*, p. 75.

¹²³ Conferir também o argumento de Berardi em *Depois do futuro*, p. 21: “tendemos a não acreditar que o futuro estará à altura das expectativas deixadas para nós como herança pela época moderna”; e de Fisher, em *O lento cancelamento do futuro*.

¹²⁴ Arantes, *O novo tempo do mundo*, p. 67, grifo no original.

presente, o *horizonte do desejo* tende a zero, pelo menos na base da pirâmide".¹²⁵ O futuro nos é subtraído. Por fim, vale notar, todo esse diagnóstico que correlaciona falta de dinheiro e dívida com as expectativas decrescentes deve ser pensado também a nível coletivo e no nível dos investimentos (decrescentes) públicos pela parte do Estado quando dominados pela economia ortodoxa e seu postulado da escassez e da falta.

5. Conclusão

Através do recurso à filosofia transcendental de corte deleuzeano, vimos como é possível pensar no dinheiro como um campo transcendental em que se realizam diferentes e múltiplas formas empíricas ("dinheiros"), além de como um campo transcendental que dá as condições de possibilidade da individuação sob a máquina capitalista, definindo o que será ou não produzido, consumido, o desejo que será fruído e por quem. Com o recurso às intuições marxistas e marxianas sobre o tempo abstrato, vemos como o tempo emerge como variável independente no capitalismo, como tempo de trabalho, de produção de valor para o capital, o que se realiza na forma-dinheiro. Como vimos com Deleuze e Postone, o sujeito transcendental kantiano é interno ao tempo, se tempo é dinheiro, o sujeito transcendental também é interno ao dinheiro, ao dinheiro-tempo. Assim, como no empirismo transcendental o sujeito transcendental não é um dado eterno e imutável *a priori*, mas um processo dinâmico e sujeito às andaduras do tempo, da história e da experiência, vimos como a subjetivação dentro desse campo transcendental temporal e monetário se dá de modo desigual, diferencial, em relação a ricos e pobres, capitalistas e proletários: a uns, o tempo lhes pertence de direito, em suas três dimensões; a outros, o tempo lhes escapa, lhes é capturado. À exploração, ao mais-valor marxiano, nesse sentido, se acrescenta um suplemento monetário e um suplemento temporal, que, em verdade, são o mesmo.

Resta saber o que pode ser feito dentro desse regime de tempo descodificado, abstrato, em que o tempo se confunde com o dinheiro e que, progressivamente, todo o tempo de vida se torna tempo de trabalho, tempo sujeito ao poder monetário. Será o caso de voltar atrás e desvincular novamente o tempo e o dinheiro, recodificar o tempo? Ou será que o campo transcendental constituído pela equação "tempo = dinheiro" pode ser um campo de lutas, o campo de uma luta monetária e temporal que não seria outra que não a luta de classes em um terreno transcendental renovado? Apostamos na última alternativa, em que não se trataria de recodificar o tempo, acabar com o tempo abstrato, mas sim, de dentro do tempo descodificado e de sua ligação íntima com o dinheiro, lutar por uma melhor produção-distribuição do dinheiro-tempo, uma democratização, e mesmo uma comunização, do acesso ao dinheiro e ao tempo. Formas de renda básica universal, por exemplo, dentre outras formas de pesado investimento público e comum, seriam exemplos de reconquista do tempo e de recolocação das condições da luta de classes temporal e monetária. O que ocorrerá dentro do campo transcendental capitalista, entretanto, está sujeito às contingências da história e às forças do desejo em luta.

¹²⁵ Arantes, *O novo tempo do mundo*, p. 75, grifo no original.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. O objeto de *O Capital*. In: ALTHUSSER, Louis et al. *Ler O Capital*, vol. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. pp. 7-152.
- APPEL, Hannah. The idea life of money and poststructural realism. *Hau: Journal of Ethnographic Theory*, Chicago, v. 5, n. 2, pp. 427-433, 2015.
- BERARDI, Franco. *Depois do futuro*. Tradução Regina Silva. São Paulo: UBU Editora, 2019.
- CORRÊA, Murilo Duarte Costa. A jurisprudência como categoria social: multiplicações de Deleuze. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, pp. 1895-1923, 2021.
- DELEUZE, Gilles; Félix GUATTARI. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução Luiz Orlandi. São Paulo: 34, 2010.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* 2, vol. 3. 2. ed. Tradução Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: 34, 2012.
- DELEUZE, Gilles. *A filosofia crítica de Kant* [1963]. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- DELEUZE, Gilles. *A ilha deserta e outros textos*. São Paulo: Iluminuras, 2006a.
- DELEUZE, Gilles. *A imagem-tempo* (Cinema 2) [1985b]. Tradução Eloisa de Araujo Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2006b.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Tradução Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006c.
- DELEUZE, Gilles. *Dois regimes de loucos: textos e entrevistas* (1975-1995). Tradução Guilherme Ivo. São Paulo: 34, 2016.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. Tradução Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- DELEUZE, Gilles. *O abecedário de Gilles Deleuze*. Transcrição integral do vídeo. S.d. Disponível em: https://clinicand.com/wp-content/uploads/2021/02/Gilles_Deleuze_Claire_Parnet_Abeced_rioz-lib.org_pdf. Acesso em: marc. 2024.
- DELEUZE, Gilles. Pericles and Verdi: The Philosophy of François Chatelet. In.: DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Dialogues II*. New York: Columbia University Press, 2007. pp. 153-66.
- DODD, Nigel. Laundering “money”: on the need for conceptual clarity within the sociology of money. *Archives européennes de sociologie*, Cambridge, v. 46, n. 3, pp. 387-411, dez. 2005.
- DODD, Nigel. On Simmel's pure concept of money: a response to Ingham. *European Journal of Sociology*, Cambridge, v. 48, n. 2, pp. 273-294, ago. 2007.

DODD, Nigel. *The Social Life of Money*. Princeton/ Oxford: Princeton University Press, 2014.

DRIGO AGOSTINHO, Larissa. Por uma anarquia coroada: ontologia e política em Deleuze e Guattari. *Poiesis: Revista de Filosofia, Montes Claros*, v. 13, n. 1, pp. 80–98, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/poiesis/article/view/1691>. Acesso em: mar. 2024.

FEDERICI, Silvia. *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*. São Paulo: Elefante, 2022.

FISHER, Mark. O lento cancelamento do futuro. In: *Fantasma da minha vida: escritos sobre depressão, assombrologia e futuros perdidos*. Tradução Guilherme Ziggy. São Paulo: Autonomia Literária, 2022. pp. 19–50.

GRAEBER, David. *Dívida: Os primeiros 5.000 anos*. Tradução Rogério Bettoni. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

GUATTARI, Félix. *Líneas de fuga: por otro mundo de posibles*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2013.

GUATTARI, Félix. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Organização Suely Rolnik. Petrópolis: Vozes, 1986.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: Guerra e democracia na era do Império*. 4. ed. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HART, Keith. *The Memory Bank: Money in an Unequal World*. London: Profile, 2000.

KAMOLNICK, Paul. Simmel's Legacy for Contemporary Value Theory: A Critical Assessment. *Sociological Theory*, Thousand Oaks, v. 19, n. 1, mar. 2001.

KARALUS, Andrzej. Georg Simmel's The Philosophy of Money and the Modernization Paradigm. *Polish Sociological Review*, Warsaw, v. 204, pp. 429–446, abr. 2018.

KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. (Os Economistas) 2. ed. Tradução Adroaldo Moura da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LAZZARATO, Maurizio. *O governo do homem endividado*. Rio de Janeiro: n-1, 2017.

LE GOFF, Jacques. Na Idade Média: tempo da igreja e tempo do mercador. In: LE GOFF, Jacques, *Para um Novo Conceito de Idade Média: Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente*. Lisboa: Estampa, 1980. pp. 43–60.

LORDON, Frédéric; ORLÉAN, André. Genèse de l'État et genèse de la monnaie: le modèle de la *potentia multitudinis*. In: CITTON, Y; LORDON, F. (Eds.), *Spinoza et les sciences sociales*. Amsterdam: Éditions Amsterdam, 2007. Disponível em: <https://formes-symboliques.org/IMG/pdf/doc-172.pdf>. Acesso em: mar. 2024.

MARKOWSKA, Barbara. Homo Libidinous and the Economy of Desire: Rereading Simmel's The Philosophy of Money after Freud. *Polish Sociological Review*, Warsaw, v. 204, 2018, pp. 485–498.

MARX, Karl. *O capital: Crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. *O capital. Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

PARANÁ, Edemilson. *A finança digitalizada: Capitalismo financeiro e revolução informacional*. Florianópolis: Insular, 2016.

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social*. Tradução Amilton Reis e Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

READ, Jason. *The micro-politics of capital: Marx and the prehistory of the present*. Albany: State University of New York Press, 2003.

RODRIGUES, Sandro Eduardo. Subjetividade, tempo e instituição no empirismo transcendental de Gilles Deleuze. *Psicologia em foco*, Aracaju: Faculdade Pio Décimo, v. 3, n. 3, pp. 73–86, jul./dez. 2009.

ROFFE, Jon. *Abstract market theory*. New York: Palgrave Macmillan, 2015.

ROSA, Hartmut. Tempo é dinheiro: o motor econômico. In: ROSA, Hartmut. *Aceleração: A transformação das estruturas temporais na Modernidade*. Tradução Rafael H. Silveira. São Paulo: Unesp, 2019, pp. 321–351.

SCHUMPETER, Joseph. *História da análise econômica*, vol. 1. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

SIMMEL, Georg. *The Philosophy of Money*. London, New York: Routledge, 2011.

STOLZE, Ted. Deleuze and Althusser: Flirting with Structuralism. *Rethinking Marxism: A Journal of Economics, Culture & Society*, Londres, v. 10, n. 3, pp. 51–63, 1998.

VISSER, Ricardo. A sociologia econômica de Simmel e Bourdieu: Considerações para um programa de pesquisa. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 17, n. 2, pp. 60–78, maio 2017.

WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. Tradução José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WRAY, L. Randall. From the state theory of money to modern money theory: An alternative to economic orthodoxy. *Economics Working Paper Archive*, Annandale-on-Hudson: Levy Economics Institute of Bard College, n. 792, mar. 2014.

SOBRE O AUTOR

Êmerson dos Santos Pirola

Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Marxista deleuzeano e operaísta. Pesquisa a interação entre filosofia política e crítica da economia. E-mail: emerson.pirola@acad.pucrs.br.